

-----**ATA N.º 16/2012**-----

-----Aos 01 dias do mês de agosto de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----João Manuel Duarte;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltaram a esta reunião os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Victor Martins Santos.-----

-----A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor **Presidente da Câmara** foi dado conhecimento de que os Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral e Victor Martins Santos se encontram em gozo de férias.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Não havendo nada a tratar no período de antes da ordem do dia, o Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Vereador João Duarte estará de férias, no período de 2 a 10 de agosto do corrente ano. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE MAÇAL DO CHÃO;** -----

-----**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DE EVENTO – FESTIVAL NATURA;** -----

-----**REGULAMENTO DE ESPAÇOS DE EXPOSIÇÃO, PROMOÇÃO E VENDAS A TÍTULO ACESSÓRIO;** -----

-----**“FESTIVAL NATURA E DANÇAS NA ÁGUA E ANDANÇAS 24”:**
LICENCIAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

----- - **LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 268/2009, DE 29 DE SETEMBRO;** -----

----- - **LICENÇA ACIDENTAL DE RECINTO PARA ESPETÁCULOS DE NATUREZA ARTÍSTICA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 315/95, DE 28 DE NOVEMBRO;** -----

----- - **LICENÇA DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO;** -----

----- - LICENÇA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE ACAMPAMENTO OCASIONAL, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO;-----

-----“FESTIVAL NATURA – DANÇAS NA ÁGUA E ANDANÇAS 24”: REQUERIMENTO COM REGISTO DE ENTRADA N.º 7205 DE 2012/07/27, A SOLICITAR LICENÇA ESPORÁDICA PARA VENDA DE BEBIDAS E PETISCOS NUMA BARRAQUINHA AO ABRIGO DO ARTIGO 19.º DO D.L. N.º 234/2007;-----

-----“FESTIVAL NATURA – DANÇAS NA ÁGUA E ANDANÇAS 24”: REQUERIMENTO COM REGISTO DE ENTRADA N.º 7206 DE 2012/07/27, A SOLICITAR LICENÇA ESPORÁDICA PARA VENDA DE BEBIDAS E PETISCOS NUMA BARRAQUINHA AO ABRIGO DO ARTIGO 19.º DO D.L. N.º 234/2007.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA**-----

-----**SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: 2.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2012**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, com o registo interno n.º 2562, datada de 27/7/2012, cujos documentos se apensam a esta ata (**anexo I**), submetendo para aprovação a 2.ª Alteração ao Orçamento de 2012.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que esta alteração é necessária devido a despesa que deu entrada no Município após a elaboração do orçamento de 2012 e que não tinha sido prevista corretamente. Esta situação faz com que algumas rubricas orçamentais não tenham saldo, o que obriga a alguns reajustamentos, essencialmente no que diz respeito a despesas correntes.-----

-----Disse que as alterações mais relevantes são na rubrica de pessoal contratado a termo, que aquando da elaboração do orçamento alguma da dotação que deveria estar na despesa de pessoal a termo certo, foi registada na rubrica do recrutamento de novo pessoal a termo certo, pelo que, se deverá fazer um acerto no montante de 25.000€. Na rubrica de transportes é necessário efetuar um reforço por causa das despesas com transportes escolares. Também na rubrica de outros trabalhos especializados, é necessário um reforço, porque foram contabilizados os encargos com avaliações das finanças relativas ao IMI cobradas ao Município em cerca de 20.000€, cuja dotação faz agora falta para outras despesas. Houve também um aumento substancial na faturação de saneamento, que obriga a um reforço da respetiva rubrica nas Atividades Mais Relevantes. A rubrica afeta aos eventos necessita de reforço tendo em conta a previsão da despesa até ao final do ano. -----

-----Disse ainda, que nas rubricas de capital fez-se um ajuste ao valor relativo à locação de material de transporte, visto que não se tinha tido em conta o pagamento de um valor residual de um dos contratos de *leasing* que terminou este ano. Também foram ajustadas outras rubricas associadas a despesas correntes, para valores aproximados à execução esperada para o ano de 2012. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a 2.ª Alteração ao Orçamento de 2012.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE MAÇAL DO CHÃO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, com registo interno n.º 2575, datada de 30/7/2012, remetendo minuta de contrato de comodato que se anexa a esta ata (**anexo II**), a celebrar entre o Município de

Celorico da Beira e a Associação de Caça e Pesca do Maçal do Chão, para cedência da escola primária, sita em Maçal do Chão. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação de Caça e Pesca do Maçal do Chão, referente à cedência das instalações da escola primária, sita em Maçal do Chão. --**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DE EVENTO – FESTIVAL NATURA**-----

-----Foi presente Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Emcel, que se anexa a esta ata (**anexo III**), relativo ao Evento “Festival Natura”.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que no âmbito do Festival Natura, a realizar entre 1 e 5 de agosto e que é financiado pelo PROVER INature, foi realizado um Protocolo de Colaboração do referido evento, entre a Câmara Municipal e a Emcel. Deu conhecimento de que a Emcel fica responsável por gerir o espaço de instalação de tendas destinadas à promoção de artesanato e tascas; suportar as despesas de instalação das barracas; explorar a tenda de refeições e comercializar os produtos de *Merchandising* relacionados com o evento e com a marca Danças na Água.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o Protocolo de Colaboração, entre o Município de Celorico da Beira e a Emcel, relativo ao Evento “Festival Natura”. -----**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**REGULAMENTO DE ESPAÇOS DE EXPOSIÇÃO, PROMOÇÃO E VENDAS A TÍTULO ACESSÓRIO**-----

-----Foi presente Regulamento de Espaços de Exposição, Promoção e Venda a Título Gratuito, que se anexa a esta ata (**anexo IV**), relativo ao Evento “Festival Natura”.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que as normas deste Regulamento foram aceites pelos responsáveis dos espaços atribuídos, gerindo as relações estas e entidade organizadora do Festival Danças na Água + Andanças 24. Relativamente ao local, disse que os espaços atribuídos situam-se na margem do Rio Mondego da Ratoeira, mais concretamente na marginal da pista de pesca. Disse que o preço para ocupação do espaço 3x3 é de 150€ e o preço com desconto para ocupação de espaço 3x3, para expositor local é de 50€.-----

-----Disse ainda, que é a primeira vez que se realiza no concelho, um evento desta dimensão.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** pretendeu saber se os preços dos espaços haviam sido alterados, uma vez que tinha tido conhecimento de que o valor a cobrar seria de 100€.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que o valor a cobrar sempre foi de 150€, acrescentando que noutros festivais, o valor cobrado é de 300€. Disse que o Andanças é o maior festival de danças da Europa e que todas as autarquias gostariam de o realizar.-----

-----Deu conhecimento de que se inscreveram 150 pessoas para o voluntariado. Informou que o Andanças 24 realiza-se de 4 para 5 de agosto, caracterizando-se pela música ininterrupta durante 24h; a bilheteira on-line já encerrou e a aquisição de bilhetes para os festivais só será possível na bilheteira local; nas entradas encontram-se pessoas de fora do concelho e o policiamento está devidamente salvaguardado.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar o Regulamento de Espaços de Exposição, Promoção e Vendas a Título Gratuito. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----“FESTIVAL NATURA E DANÇAS NA ÁGUA E ANDANÇAS 24”:
LICENCIAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

----- - LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO, AO ABRIGO DO
DECRETO-LEI N.º 268/2009, DE 29 DE SETEMBRO -----

----- - LICENÇA ACIDENTAL DE RECINTO PARA ESPETÁCULOS DE
NATUREZA ARTÍSTICA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 315/95, DE
28 DE NOVEMBRO -----

----- - LICENÇA DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE REALIZAÇÃO
DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DE
DIVERTIMENTOS PÚBLICOS, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º
310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO -----

----- - LICENÇA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE ACAMPAMENTO
OCASIONAL, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE
DEZEMBRO -----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, com o
registo interno n.º 2585, datada de 31/7/2012, com o seguinte teor:-----

-----“Acerca do licenciamento municipal do evento supra mencionado sou
a informar: -----

-----**1 – Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro**-----

-----O Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, estabelece o regime
de Licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como, as
normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento
dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos. -----

-----Consideram-se **recintos improvisados**, os que têm características
consultivas ou adaptações precárias, sendo montados temporariamente

para um espetáculo ou divertimento público específico, quer em lugares públicos quer privados, com ou sem delimitação de espaço, cobertos ou descobertos;-----

-----Considera-se promotor do evento de diversão a pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, que **promove o evento e que é responsável pelo pedido de Licenciamento e funcionamento do recinto improvisado.** -----

-----O Licenciamento relativo à instalação dos recintos improvisados compete à Câmara Municipal territorialmente competente. O Licenciamento da instalação de recintos improvisados obedece ao regime de aprovação de instalação previsto no artigo 14.º. Os recintos improvisados não podem envolver a realização de obras de construção civil nem implicar a alteração irreversível da topografia do local, nem implicar a instalação de estruturas permanentes. O Licenciamento de recintos improvisados está definido no capítulo III (artigo 14.º a artigo 16.º) do já referido Decreto-Lei. -----

-----O pedido de **Licenciamento para a aprovação da instalação de recintos improvisados** é feito através da apresentação de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, constando do requerimento os dados elencados no n.º 3, do artigo 15.º. Sendo a Câmara Municipal a promotora do evento, não efetua um requerimento a si própria, mas fica obrigada ao cumprimento de todos os requisitos previstos na Lei, à semelhança de qualquer promotor privado. -----

-----O Licenciamento para aprovação da instalação de recintos improvisados exige além dos elementos constantes no n.º 3, do artigo 15.º, de fotocópia de apólice de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, e realizando-se o evento em terrenos do domínio público e privado, é necessária ainda declaração de não oposição à utilização do terreno privado, para a instalação do recinto, por parte do respetivo proprietário. **O despacho de aprovação constitui Licença de funcionamento.** -----

-----Sempre que a entidade licenciadora considere necessária a realização de vistoria, a mesma consta do despacho de aprovação da instalação. A Licença de funcionamento é válida pelo período de duração do evento.-----

-----Para os equipamentos de diversão instalados nos recintos improvisados é obrigatória a afixação, em local visível ao público, do último certificado de inspeção e termo de responsabilidade, se aplicável. O promotor do evento é ainda obrigado a manter, em local visível pelo público, a respetiva licença de funcionamento. O promotor do evento de diversão deve assegurar as medidas necessárias à manutenção da ordem no respetivo recinto e informar a força policial competente na zona onde se situa o recinto do evento da realização do mesmo e dos respetivos períodos de funcionamento e duração, tendo em vista a necessidade de articulação para manutenção da ordem pública. -----

-----A realização do evento exige a emissão pela entidade licenciadora (Câmara Municipal):-----

----- - **Licença de recinto improvisado, ao abrigo do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 9 de setembro, sendo a sua emissão da competência da câmara, de acordo com o artigo 3.º do referido diploma;** -----

-----**2 – Decreto-Lei n.º 315/95 de 28 de novembro**-----

-----O Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística. No âmbito deste diploma, a realização do evento, atenta a programação prevista, exige a emissão pela entidade Licenciadora de: -----

----- - **Licença accidental de recinto para espetáculos de natureza artística, ao abrigo do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro, sendo a sua emissão da competência da Câmara, de acordo com o n.º 2, do artigo e Decreto-Lei já referidos;** -----

-----**3 – Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro**-----

-----O Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro regula o regime jurídico do Licenciamento do exercício e da fiscalização, entre outras, das seguintes atividades:-----

----- - Realização de acampamentos ocasionais; e -----

----- - Realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre.-----

-----O exercício das atividades referidas são objeto de licenciamento municipal. No âmbito deste diploma, a realização do evento, atentos os dados disponibilizados, exige a emissão de: -----

----- - **Licença de exercício de atividades de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, ao abrigo dos artigos 29.º e 30.º, do Decreto-Lei já referido, sendo a sua emissão da competência da Câmara, de acordo com o n.º 1, do artigo 29.º do já referido diploma;** -----

----- - **Licença do exercício de atividades de acampamento ocasional, ao abrigo do artigo 18.º, do Decreto-Lei já referido, sendo a sua emissão da competência da Câmara, de acordo com o n.º 1, do artigo 18.º do referido diploma.**-----

-----A realização de qualquer acampamento ocasional fica sujeito à emissão de parecer favorável da Delegada de Saúde e do Comandante da GNR. -----

-----**Relativamente aos assuntos no âmbito do Decreto-Lei n.º 310/2002, deve ainda ser tido em atenção o plasmado nos artigos 30.º e 32.º.** -----

-----**4 – Licenciamento Municipal**-----

-----Sendo o promotor do evento a Câmara Municipal, foi promovida por esta uma vistoria ao recinto improvisado, para emissão de licença de funcionamento, que se realizou no dia 27 de julho de 2012, com a presença da GNR, Delegada de Saúde, Bombeiros e Câmara Municipal, conforme auto de vistoria, sendo analisadas as questões relativas à segurança do evento (GNR), higiene-sanitárias (Delegada de Saúde) e

situações de emergência (Bombeiros). Assim, deverá a Câmara Municipal aprovar ou diligenciar a aprovação das licenças referidas na presente informação. Mais se informa que a licença de representação para espetáculos de natureza artística é emitida pela Inspeção Geral de Atividades Culturais e as autorizações da Sociedade Portuguesa de Autores é emitida pela Sociedade Portuguesa de Autores tendo sido já diligenciada a sua emissão.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o promotor do evento é a autarquia e como tal, o licenciamento relativo à instalação dos recintos improvisados compete à Câmara Municipal. Para tal, deverá ser dirigido um requerimento ao Presidente da Câmara Municipal, que deverá ser acompanhado de fotocópia de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais, entre outros documentos. -----

-----Disse que a realização de qualquer acampamento ocasional fica sujeito à emissão de parecer favorável da Delegação de Saúde e do Comandante da GNR. Disse ainda, que já foi diligenciada a emissão da licença de representação para espetáculos de natureza artística. -----

-----Na sua opinião, o licenciamento deverá ser aprovado, tendo em consideração os pareceres da GNR e Delegação de Saúde.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** deu conhecimento de que foram colocados bebedouros por todo o recinto do festival e realizadas análises à água, que se anexam a esta ata (**anexo V**), cujos resultados foram bastante positivos, revelando um ph baixo. Foi também analisada a água do rio, que cumpre com os parâmetros exigidos, escusando qualquer tipo de tratamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, no âmbito do “Festival Natura e Danças na Água e Andanças 24”, no que respeita ao Licenciamento Municipal aprovar: a Licença de recinto**

improvisado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro; a Licença accidental de recinto para espetáculos de natureza artística, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro; a Licença de exercício de atividades de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro. Mais foi deliberado aprovar a Licença do exercício de atividade de acampamento ocasional, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, ficando o promotor obrigado ao cumprimento dos pareceres da GNR e Delegação de Saúde. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----“FESTIVAL NATURA – DANÇAS NA ÁGUA E ANDANÇAS 24”:
REQUERIMENTO COM REGISTO DE ENTRADA N.º 7205 DE
2012/07/27, A SOLICITAR LICENÇA ESPORÁDICA PARA VENDA DE
BEBIDAS E PETISCOS NUMA BARRAQUINHA AO ABRIGO DO
ARTIGO 19.º, DO D.L. N.º 234/2007 -----

-----Foi presente informação interna, da Secção de Obras Particulares, datada de 31/7/2012, referindo que o D.L. n.º 234/2007, de 19 de junho estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, bem como, o regime aplicável à respetiva exploração e funcionamento. -----

-----Nos termos do artigo 2.º, do referido D.L., os serviços de bebidas e de restauração são prestados no próprio estabelecimento ou fora dele. O artigo 19.º, deste D.L. prevê um regime especial para serviços de restauração ou de bebidas ocasionais e ou esporádicos. Neste caso, será dirigido um requerimento à Câmara Municipal competente relativo ao serviço a prestar com cópia à DGAE, procedimento que foi efetuado para as solicitações em causa.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**“FESTIVAL NATURA – DANÇAS NA ÁGUA E ANDANÇAS 24”:**
REQUERIMENTO COM REGISTO DE ENTRADA N.º 7206 DE
2012/07/27, A SOLICITAR LICENÇA ESPORÁDICA PARA VENDA DE
BEBIDAS E PETISCOS NUMA BARRAQUINHA AO ABRIGO DO
ARTIGO 19.º, DO D.L. N.º 234/2007-----

-----Foi presente informação interna, da Secção de Obras Particulares, datada de 31/7/2012, referindo que o D.L. n.º 234/2007, de 19 de junho estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, bem como o regime aplicável à respetiva exploração e funcionamento. -----

-----Nos termos do artigo 2.º, do referido D.L. os serviços de bebidas e de restauração são prestados no próprio estabelecimento ou fora dele. O artigo 19.º, deste D.L. prevê um regime especial para serviços de restauração ou de bebidas ocasionais e ou esporádicos. Neste caso, será dirigido um requerimento à Câmara Municipal competente relativo ao serviço a prestar com cópia à DGAE, procedimento que foi efetuado para as solicitações em causa.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** desejou que o festival seja um sucesso e que apesar de todas as críticas que foram feitas, o mesmo se possa repetir no próximo ano. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 10:45h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina Fernandes, que a secretariei.-----